

O TRABALHO E AS NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

WORK AND THE NEW COUNTRY-CITY RELATIONSHIPS

Vera Lúcia Graziano da Silva RODRIGUES*

RESUMO

Este artigo aborda as alterações no mundo do trabalho. Num primeiro momento, trata destas transformações de uma maneira geral para em seguida abordar as mudanças no mundo rural de uma maneira mais específica. Chama a atenção para a necessidade de se pensar políticas públicas que não concebam as relações campo cidade de maneira dual.

Palavras-chave: trabalho, relações cidade-campo, políticas públicas.

ABSTRACT

This article deals with changes in work relationships. It starts showing these transformations in general. It then details these alterations in the rural world. Finally, it calls attention to the necessity to think public politics in a new perspective so urban and the rural are not conceived in a dual way.

Key-words: work, city-country relations, public relations.

Quando olhamos a sociedade hoje, fica claro que um dos grandes desafios é equacionar a questão do desemprego. Pobreza, violência, segurança, apenas para mencionarmos alguns dos problemas sociais mais sentidos pela população e mencionados nas plataformas de políticos de qualquer tendência, parecem estar relacionados com a falta de trabalho enfrentada por grande parte tanto dos jovens como adultos.

Para podermos discutir a questão do desemprego precisamos entender as alterações

que têm acontecido naquilo que vem sendo chamado mundo do trabalho. Afinal, o desemprego é, em grande medida um reflexo destas transformações.

O MUNDO DO TRABALHO HOJE

Uma primeira mudança que chama atenção é que no capitalismo contemporâneo houve uma diminuição significativa da classe operária

(*) Doutora em Sociologia pela USP, professora da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas, Coordenadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania. E-mail: veragraziano@uol.com.br

industrial tradicional. Ou seja, o grande avanço tecnológico teve como contrapartida uma diminuição do número de trabalhadores nas indústrias. Agora, um número reduzido de trabalhadores consegue uma produtividade muito maior graças a máquinas e instrumentos de trabalho cada vez mais sofisticados.

Em outras palavras, o avanço tecnológico e a possibilidade de se intensificar a proporção do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, fez com que as indústrias continuassem a aumentar a produção utilizando um número menor de trabalhadores. O operário de macacão, este grande representante da classe operária tradicional, foi o primeiro a sentir o desemprego na pele. A crise da indústria automobilística é um bom exemplo disto que tem sido chamado de desproletarização do trabalho industrial fabril¹.

As novas formas de gestão do processo de trabalho também desempenharam um papel importante neste aumento de produtividade. A fábrica deixou em grande parte de ser a fábrica fordista, o local de uma produção em massa, onde o trabalhador, controlado pelo cronômetro, executava permanentemente as mesmas funções para se tornar o espaço de um processo de trabalho mais flexível.

Se antes o processo de trabalho baseava-se na produção em série através da linha de montagem e produtos homogêneos; no trabalho parcelar, ou seja, na fragmentação das várias funções embasada numa divisão do trabalho rígida; na separação entre execução e elaboração no processo de trabalho; nas grandes unidades fabris concentradas e verticalizadas, hoje esta realidade está bastante modificada. Em grande medida não encontramos mais aquele processo de trabalho e aquele trabalhador tão bem representado por Charles Chaplin e seu Carlitos em *Tempos Modernos*. Dizemos em grande medida porque não podemos afirmar que houve uma simples e total “substituição” do fordismo pelo toyotismo. Muitas fábricas ainda adotam o modelo fordista e muitas formas intermediárias surgiram entre os dois modelos.

De qualquer maneira, no geral, a gestão do processo de trabalho está hoje muito mais voltada para uma acumulação flexível, que pode ser caracterizada por uma menor rigidez, pelo aparecimento de novos setores de produção, pelo surgimento de novas formas de oferecimento de serviços financeiros, novos mercados e, principalmente, por uma intensa taxa de inovação tecnológica, comercial e organizacional. Nesta nova forma de gestão, do qual o toyotismo é um bom exemplo, a produção é variada, diversificada e voltada para a demanda, ou seja, para o consumo. É este quem decide o que será produzido e não ao contrário, como acontecia no fordismo. Ao invés da produção em massa, o objetivo é um melhor aproveitamento possível da produção e a existência de um estoque mínimo. Com relação a este último aspecto, a inspiração é o funcionamento dos supermercados, que só repõe as mercadorias nas prateleiras à medida que vão sendo vendidas.

A flexibilidade atinge também o próprio trabalhador. É a chamada polivalência, ou desespecialização, onde o operário não fica mais restrito a uma única máquina e a uma única operação, mas alterna funções e máquinas num trabalho de equipe. É neste sentido que o operário do século XXI se diferencia do nosso Carlitos acima mencionado, eternamente apertando parafusos.

Resumindo, a fábrica no capitalismo contemporâneo passou por mudanças importantes que permitiram uma redução significativa do contingente de operários tradicionais, que realizavam um grande número de tarefas manuais. “Para atender às exigências *mais individualizadas* de mercado, no melhor tempo e com melhor *qualidade*, é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível” (Antunes, 1998: 26). Para tanto o trabalhador tem que possuir grande capacidade de adaptação e uma certa capacidade de iniciativa.

⁽¹⁾ Ricardo Antunes e Márcio Pochmann são alguns dos autores que têm estudado profundamente estas alterações. É principalmente no primeiro que estamos nos baseando nesta primeira parte do artigo.

Pode-se dizer que de maneira geral houve até mesmo uma certa diminuição da separação entre elaboração e execução, entre quem planeja e quem realiza o processo de trabalho. Ao mesmo tempo que diminuiu o operário fabril tradicional desqualificado, que não tinha necessidade de conhecer o processo de produção para realizar suas tarefas, aumentou a necessidade do trabalho qualificado, intelectualizado.

Em outras palavras, a desqualificação do trabalhador que caracterizava a divisão do trabalho fordista, é agora acompanhada por um processo de qualificação de parte dos trabalhadores. Só a título de exemplo, o processo de trabalho inclui hoje cada vez mais técnicos de manutenção, programadores, controladores de qualidade, técnicos da divisão de pesquisa, engenheiros responsáveis pela gestão e coordenação técnica da produção, etc.

O que se pode afirmar com segurança é que a classe trabalhadora, ou melhor, a classe que vive do trabalho está se tornando cada vez mais complexa, heterogênea e fragmentada.

Além da diminuição do contingente de operários industriais e fabris, do movimento contraditório de qualificação e desqualificação já mencionados, temos um aumento de um contingente de trabalhadores assalariados bastante diversificado.

Temos sem dúvida um significativo aumento do contingente feminino no mundo do trabalho², bem como um crescimento de assalariados no setor de serviços, ou setor terciário³.

Mais que isto, a classe trabalhadora vivencia ainda hoje um intenso processo de subproletarização, visível no trabalho informal, precário, temporário, subcontratado, “terceirizado”, etc.

Isto quer dizer que houve uma diminuição dos trabalhadores com emprego regular, fixo, com carteira assinada e um aumento daqueles que sobrevivem graças às várias formas informais de assalariamento. Este contingente

pode ser englobado naquilo tem sido denominado de forma bem humorada dos “sem carteira”. Pode-se dizer que dobrou a proporção de empregados sem carteira na indústria, o mais formal dos setores da economia. Os últimos dados do IBGE mostram que, se em 1990, dez a cada cem funcionários da indústria das seis principais regiões metropolitanas do país não estavam formalizados, hoje, para cada cem empregados há 20 “sem carteira”. Em dez anos - entre 1989 e 1998 -, o número de trabalhadores formais caiu em 2,5 milhões, contra um aumento de 3,4 milhões de trabalhadores sem carteira e de 2,8 milhões de autônomos. Embora nem todos os autônomos sejam informais, o próprio IBGE considera pequena a participação dos legalizados entre os autônomos (Folha de São Paulo, página B1, 9 de outubro de 2000).

Apesar da heterogeneidade, “essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial” (Antunes, 1998:44).

Obviamente que o crescimento deste tipo de emprego não pode ser considerado uma boa notícia. Ao contrário, é um sintoma de que o desemprego continua alto. Afinal, o mercado informal, por ser movimentado pelos desempregados, está estreitamente ligado ao formal.

Em resumo, o que se quer enfatizar é que o mundo do trabalho hoje está muito mais complexo, heterogêneo e fragmentado. A classe que vive do trabalho compõe-se de um grande contingente diversificado de assalariados, mostrando dois tipos de alteração. Uma, de natureza quantitativa, visualizada na diminuição do operariado industrial fabril; outra, qualitativa, detectada pela mudança na própria forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma

⁽²⁾ Apenas a título de exemplo, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (Harvey e Freeman in Antunes, 1998:46).

⁽³⁾ Novamente só para exemplificar, na Itália, “contemporaneamente cresce a ocupação no setor terciário e no de serviços, que hoje ultrapassa 60% do total de ocupações” (Stuppini, in Antunes, 1999:47).

maior qualificação e de outro para uma maior desqualificação.

AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE O MUNDO RURAL E O MUNDO URBANO

Se o mundo do trabalho já está bastante modificado se pensarmos apenas no que vem acontecendo nas cidades, a realidade fica ainda mais complexa se acrescentarmos as alterações que vêm ocorrendo nas relações entre o rural e o urbano.

A grande questão a ser considerada aí é que não se pode mais pensar estes dois mundos como sendo separados como foram até a algum tempo. Campo e cidade, rural e urbano, agricultura e indústria, estão hoje intimamente ligados. O rural é um novo rural, com um grande dinamismo e estreitos vínculos com o urbano. É só lermos a Agrofolha do Jornal Folha de São Paulo para não termos mais dúvidas. Ou assistirmos ao Canal Rural pela TV a cabo. Ou ainda visitarmos uma agroindústria, como uma moderna fábrica de suco de laranja, por exemplo. Ou melhor ainda, passarmos um fim-de-semana num tranqüilo hotel-fazenda.

Em resumo, a agricultura se modernizou e se integrou verticalmente com a indústria. Não só utiliza uma grande quantidade de máquinas, adubos, defensivos, etc... como vende seus produtos para serem processados pela indústria. É verdade que a modernização da nossa agricultura foi parcial, já que não atingiu todos os produtores e todos os produtos. Foi ainda bastante conservadora, já que aumentou a desigualdade e a precariedade no acesso à terra. Mas que ela aconteceu, lá isto aconteceu!

Isto significou que também na agricultura houve uma redução da necessidade de mão de obra. Uma máquina utilizada na colheita de cana-de-açúcar, por exemplo, pode ser operada por apenas três pessoas e substitui pelo menos quarenta trabalhadores. Resultado, os colonos que tinham emprego e moradia fixos, foram transformados em “bóias-frias” e vieram vivenciar nas cidades uma situação de extrema precariedade. Não é incomum alternarem a colheita no campo com algum emprego informal na cidade, engrossando o exército dos “sem carteira” acima mencionados.

O que queremos ressaltar é que quando analisamos hoje o mundo rural, já não podemos pensar apenas nas atividades agropecuárias e agro-industriais. Novas atividades rurais surgem, atividades estas que freqüentemente são atividades não-agrícolas. Pode-se dizer que este novo rural é bastante complexo, compondo-se basicamente de quatro subconjuntos. O primeiro deles, é uma agropecuária moderna., estreitamente vinculada às agroindústrias, formando os complexos agro-industriais.

O segundo é composto por um conjunto de atividades de subsistência. Ao contrário do primeiro, altamente moderno e sofisticado, este é bastante rudimentar. Aí se encontram aqueles que foram excluídos pelo processo de modernização dolorosa, parcial e conservadora da nossa agricultura.

O terceiro refere-se a uma série de atividades não-agrícolas, ligadas ao lazer, à moradia e a várias atividades industriais e de prestação de serviços. Estas atividades são chamadas de não-agrícolas, porque embora ainda sejam realizadas no meio rural não dizem mais respeito ao cultivo de produtos agrícolas, ou seja, às atividades de plantar e colher no seu sentido restrito. Apenas a título de exemplo: os escritórios das fazendas, usinas, fábricas de suco de laranja, etc. são hoje altamente informatizados, e lá podemos encontrar além dos trabalhadores rurais propriamente ditos, as secretárias, os digitadores de sistema e técnicos de vários tipos. Na área de lazer e turismo os “pesque-pague” são um ótimo exemplo. Têm gerado uma série de empregos não-agrícolas: os fornecedores de alevinos, de material para pesca, a cozinheira do restaurante, os responsáveis pela construção de tanques, pelo estacionamento, etc. Os donos de pousadas, hotéis, etc são um outro exemplo. O “negócio country” em torno dos complexos hípicas e das festas de rodeio tem movimentado muito dinheiro.

Finalmente, o quarto conjunto de atividades do novo rural é formado por um conjunto de “novas” atividades agropecuárias mais intensivas, voltadas para um mercado menor e mais sofisticado: criação de aves nobres e exóticas, abelhas, canários, rãs, etc...

Do ponto de vista que nos interessa aqui, é interessante enfatizar duas coisas. Em primeiro lugar, este contingente de trabalhadores vinculados ao novo rural é, a exemplo do que já havíamos detectado para o conjunto dos trabalhadores, bastante heterogêneo. Ai também existe o mesmo movimento contraditório entre qualificação de uma parcela dos trabalhadores e desqualificação de outra. O mesmo crescimento do contingente de assalariados no setor de serviços. A mesma precarização das relações de trabalho, onde cada vez mais o trabalhador só é contratado onde e quando existem tarefas a serem realizadas.

Em segundo lugar, e isto é o mais importante, a pluriatividade tem crescido muito. Isto significa que o trabalhador e/ou sua família alternam atividades agrícolas e atividades não agrícolas. *Os dados da Pnad de 1999 (Ver tabela 1) mostram que dos quase quinze milhões de pessoas economicamente ativas*

no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço- ou seja 4,6 milhões de trabalhadores- estavam trabalhando em ocupações rurais não -agrícolas (ORNA), como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas, etc. Mais que isso: as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa média de 3.7% ao ano-mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país (Graziano da Silva, 2001:3).

Muitas vezes, pela aproximação com a cidade, a pluriatividade significa alternar o emprego agrícola com um emprego de características urbanas. A caseira de Vinhedo pode, por exemplo, ser ao mesmo tempo manicure ou segurança em uma casa noturna da cidade. O pequeno proprietário pode conciliar seu trabalho na chácara com a atividade de motorista de táxi. Seus filhos muitas vezes também trabalham fora.

Tabela 1. Evolução da população do Brasil^a, 1981-99

	Milhão pessoas				Taxa crescimento (% ao ano)		
	1981	1992	1996	1999	1981/92	1992/99	1996/99
Urbano	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	1,7	1,4
Ocupados ^b	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	1,8	1,5
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	-1,6	-0,2
Não-agríc.	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6	2,0	1,6
Rural	34,5	32,0	31,7	32,7	-0,7	0,2	1,1
Ocupados	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	-0,2	2,1
Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	-1,7	0,4
Não-agríc.	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2	3,7	6,1
Total	119,7	145,4	154,0	160,3	1,8	1,4	1,3

Fonte: Tabulações especiais das PNDs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Rurbano, novembro 2000.

Notas: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto Estado de Tocantins

b) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

As famílias, em outras palavras, estão adotando estratégias de sobrevivência pluriativas.

Este crescimento da pluriatividade tem um aspecto positivo. É graças a esta combinação que muitas propriedades tem se mantido. Fazendas decadentes voltaram a ser viáveis quando se transformaram em estabelecimentos de turismo. Muitos pequenos proprietários melhoraram sensivelmente sua qualidade de vida quando parte da família passou a exercer atividades não-agrícolas, fora da propriedade. Em resumo, foi o crescimento das atividades não agrícolas que possibilitou uma diminuição do êxodo rural.

Por outro lado, significou que o mercado de trabalho está cada vez mais indiferenciado, possibilitando uma combinação de várias atividades pelo mesmo trabalhador ou sua família.

De qualquer forma o que se quer ressaltar é que estas novas ocupações não agrícolas apresentam uma solução para o desemprego. Aqui é necessário ressaltar que embora as atividades rurais não-agrícolas venham apresentado um crescimento significativo e em sua maioria *propiciem uma renda geralmente maior que as agrícolas e não sejam tão penosas como estas, são também trabalhos precários e de baixa qualificação. São basicamente serviços pessoais derivados da alta concentração da renda existente no Brasil e não da modernização das atividades agrícolas, nem da prestação de serviços voltados ao lazer e preservação ambiental e muito menos de atividades não-agrícolas produtivas do tipo agroindústrias e construção civil* (Graziano da Silva, 2001:9).

Um último ponto: a mesma agricultura que vem se caracterizando pela precariedade nas relações de trabalho apresenta uma alternativa, certamente polêmica, para a diminuição desta precariedade. São os condomínios rurais, onde vários empregadores dividem os custos da contratação dos trabalhadores. Estes, realizam tarefas nas várias propriedades, dependendo das necessidades. O problema é que são trabalhadores sem patrão!

Enfim, é um novo mundo do trabalho com o qual nos defrontamos neste início de século. Daí a necessidade de continuarmos a refletir sobre ele, principalmente para que possamos elaborar políticas agrícolas mais compatíveis com esta nova realidade.

Realidade onde o rural não pode ser mais definido em oposição ao urbano e, em grande medida, como um resíduo deste. Em outras palavras, do ponto de vista formal, *aquilo que na realidade se mensurava, e sobre o qual pairavam menos dúvidas, era o fenômeno urbano, enquanto a ruralidade tornava-se uma categoria residual: se não havia concentração populacional e uma certa escala, a área tornava-se automaticamente rural. Os dois extremos do "continuum" urbano-rural (Pahl, 1966) eram concebidos como vasos comunicantes em que, quase por definição, um só - o urbano - se "enchia", enquanto o outro - o rural - só podia, conseqüentemente, esvaziar-se. A direção era pré-determinada e o rural, neste jogo, perdia sempre.* (Saraceno, 1996: 2) .

Ou seja, a ruralidade não pode mais ser tratada em termos negativos, só podendo permanecer rural se não sofrer mudança, tornando-se impossível para uma área rural desenvolver-se sem tornar-se automaticamente não-rural.

Isto significa que as novas relações de trabalho devem ser pensadas num contexto onde a dicotomia campo-cidade faz cada vez menos sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo **Adeus ao Trabalho?: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho** Cortez Editora, 5ª edição, São Paulo, 1998.
- CARNEIRO, MARIA JOSÉ **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade** II seminário sobre o Novo Rural

Brasileiro, Instituto de Economia, Unicamp, out. 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**, Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.

Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro, II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Instituto de Economia, UNICAMP, out. 2001.

NAVARRO, Zander **Desenvolvimento Rural Brasileiro: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro** in **ESTUDOS AVANÇADOS** 15 (43) p. 83-100, 2001

SARACENO, Elena **O conceito de ruralidade: Problemas de definição em escala européia**, Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais, Roma, outubro de 1996, mimeo

